



2026

Informações Contábeis Intermediárias individuais e Consolidadas

30/06/2026

RNEW4.SA

RNEW3.SA

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	4
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	13

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento da Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido na mesma data. Posteriormente, foram apresentados novos pedidos e aditamentos aos planos de recuperação judicial, que também foram devidamente aprovados pelo Juízo competente.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo proferiu sentença determinando o encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Em 24 de julho de 2025, encerrou-se o prazo recursal sem a interposição de qualquer recurso contra a referida decisão. Em seguida, em 15 de agosto de 2025, foi certificado o trânsito em julgado da sentença de encerramento, com arquivamento dos autos em 19 de maio de 2026.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2026.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

Informações Financeiras Trimestrais

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	120	141	52.618	35.730
Aplicações financeiras (restrito)	6	10.939	11.352	30.794	36.644
Contas a receber de clientes	7	-	-	72.172	68.488
Tributos a recuperar	8	756	712	31.130	17.115
Partes relacionadas	23	3.634	8.905	-	-
Adiantamentos a fornecedores		470	570	283	337
Despesas antecipadas		334	203	11.928	5.938
Compromissos futuros	24	-	-	66.113	89.629
Outros créditos		745	1.027	5.447	21.326
Total dos ativos circulantes		16.998	22.910	270.485	275.207
Ativos classificados como mantidos para venda	1.1.2	-	-	16.000	16.000
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		1.360	854	1.623	2.898
Tributos diferidos		-	-	21.227	18.487
Partes relacionadas	23	50.244	68.248	-	-
Compromissos futuros	24	-	-	161.447	169.991
Investimentos	9	1.199.164	1.219.703	-	-
Imobilizado	10	199.031	193.718	2.561.325	2.542.000
Total dos ativos não circulantes		1.449.799	1.482.523	2.745.622	2.733.376
TOTAL DOS ATIVOS		1.466.797	1.505.433	3.032.107	3.024.583

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	11.879	16.472	64.888	107.733
Empréstimos e financiamentos	13	2.653	2.055	59.168	44.249
Tributos a recolher	14	1.761	1.904	15.931	6.713
Salários, encargos e férias a pagar		5.981	8.921	7.494	10.661
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	62.487	71.913
Arrendamentos a pagar	11	1.872	872	19.282	10.177
Compromissos futuros	24	-	-	40.266	53.205
Adiantamentos de clientes	10.12	100	98	70.027	15.683
Outras contas a pagar	16	4.145	4.145	8.161	8.227
Total dos passivos circulantes		28.391	34.467	347.704	328.561
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	54.922	56.700	111.065	114.774
Empréstimos e financiamentos	13	31.638	31.935	687.071	693.193
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	24	-	-	36.961	39.883
Tributos a recolher	14	-	-	4.636	-
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	290.624	239.699
Arrendamentos a pagar	11	11.967	10.611	79.348	57.698
Partes relacionadas	23	40.988	39.859	-	-
Provisão para processos judiciais	17	41.265	41.209	41.520	87.042
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	28.724	27.932
Compromissos futuros	24	-	-	78.585	89.113
Adiantamentos de clientes	10.12	-	-	13.958	-
Outras contas a pagar	16	107.345	100.445	161.630	156.481
Total dos passivos não circulantes		288.125	280.759	1.534.122	1.505.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		4.706.879	4.706.879	4.706.879	4.706.879
Recursos para futuro aumento de capital		2	2	2	2
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.514.844)	(3.474.918)	(3.514.844)	(3.474.918)
Total do patrimônio líquido		1.150.281	1.190.207	1.150.281	1.190.207
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.466.797	1.505.433	3.032.107	3.024.583

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações do Resultado para os períodos de 3 e 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora			
		01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
		à 30/06/2026	à 30/06/2026	à 30/06/2025	à 30/06/2025
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo de operação		18	-	-	-
Depreciações e amortizações	10	8	-	-	-
Encargos setoriais		8	-	-	-
Total	20	34	-	-	-
RESULTADO BRUTO		34	-	-	-
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(2.604)	(5.002)	75.019	76.536
Depreciações e amortizações	10	(829)	(1.644)	(895)	(1.779)
Outras receitas (despesas) líquidas		12	(9)	(55)	(302)
Total	20	(3.421)	(6.655)	74.069	74.455
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	5.483	(22.372)	(73.380)	(108.558)
Ganho na alienação de ativos		-	-	-	658
Total		5.483	(22.372)	(73.380)	(107.900)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.096	(29.027)	689	(33.445)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		347	658	382	530
Despesas financeiras		(5.456)	(11.557)	(1.293)	(24.845)
Total	21	(5.109)	(10.899)	(911)	(24.315)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	25	(0,01)	(0,11)	(0,00)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações do Resultado para os períodos de 3 e 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/04/2026 à 30/06/2026	01/01/2026 à 30/06/2026	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025
RECEITA LÍQUIDA	19	127.540	241.332	149.932	234.020
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo com compra de energia		(50.550)	(117.327)	(105.922)	(156.016)
Custo de operação		(18.136)	(35.692)	(19.740)	(34.074)
Depreciações e amortizações	10	(42.112)	(70.244)	(24.057)	(49.808)
Encargos setoriais		(7.721)	(15.047)	(5.555)	(11.521)
Total	20	(118.519)	(238.310)	(155.274)	(251.419)
Compromissos futuros marcação a mercado	24	(16.739)	(8.593)	(32.344)	(12.750)
RESULTADO BRUTO		(7.718)	(5.571)	(37.686)	(30.149)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		29.906	14.709	61.234	46.020
Depreciações e amortizações	10	(908)	(1.812)	(1.002)	(1.990)
Outras receitas (despesas) líquidas		9.314	23.759	(414)	(80)
Total	20	38.312	36.656	59.818	43.950
Ganho na alienação de ativos		-	-	-	658
Total		-	-	-	658
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		30.594	31.085	22.132	14.459
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		8.137	12.238	2.769	6.485
Despesas financeiras		(42.190)	(79.661)	(35.436)	(79.912)
Total	21	(34.053)	(67.423)	(32.667)	(73.427)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.459)	(36.338)	(10.535)	(58.968)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.829)	(7.763)	(1.069)	(4.133)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		6.275	4.175	11.382	5.341
Total	22	446	(3.588)	10.313	1.208
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Renova Energia S.A.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações do Resultado Abrangente para os períodos de 3 e 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	à	à	à	à	à	à	à	à
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Prejuízo líquido do período	(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)	(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)	(3.013)	(39.926)	(222)	(57.760)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Renova Energia S.A.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período findo em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Recursos para futuro aumento de capital	Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.312.687)	815.951
Aumento de capital social - com emissão de ações	18.b	534.475	-	-	-	-	534.475
Recursos para futuro aumento de capital	18.b	-	-	229	-	-	229
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(57.760)	(57.760)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025		4.704.869	(41.757)	229	1	(3.370.447)	1.292.895
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		4.706.879	(41.757)	2	1	(3.474.918)	1.190.207
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(39.926)	(39.926)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	18	4.706.879	(41.757)	2	1	(3.514.844)	1.150.281

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(39.926)	(57.760)	(39.926)	(57.760)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	1.644	1.779	74.474	54.581
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	8.593	12.751
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	3.249	1.226	9.578	2.074
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.446	2.426	49.784	62.213
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	37	35	1.141	1.224
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	40.701	31.957
Atualização para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	56	(81.062)	(45.522)	(76.993)
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	21	(766)	(718)	(4.155)	(6.609)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23	58	110	-	-
Juros sobre contas a pagar	21	330	16.938	3.759	3.752
Juros sobre passivo de arrendamento	11	417	1.084	5.883	1.917
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	792	792
Variação cambial	21	-	-	(2.111)	-
Tributos diferidos ativos		-	-	(2.740)	(2.208)
Resultado de equivalência patrimonial	9	22.372	108.558	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(3.684)	(27.753)
Depósitos judiciais		(506)	163	1.275	75
Tributos a recuperar		(44)	5	(14.015)	(11.459)
Despesas antecipadas		(131)	(165)	(5.990)	4.322
Adiantamentos a fornecedores		100	(325)	54	1.823
Outros créditos	1.1.6	282	(1.499)	15.879	(2.744)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(6.701)	41.059	(40.445)	6.268
Adiantamento de clientes		2	18	68.302	(618)
Tributos a recolher		(143)	(635)	21.065	8.666
Tributos diferidos passivos		-	-	(2.922)	(4.335)
Salários e férias a pagar		(6.549)	(4.744)	(6.776)	(4.720)
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(1.204)	(519)
Outras contas a pagar		6.900	6.674	5.083	6.260
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.211)	(4.776)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.182)	(1.409)	(42.128)	(32.698)
Pagamentos de juros quirografários	13	-	-	(7.763)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(19.055)	31.758	79.771	(34.517)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9	(13)	(54.355)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	9	(1.820)	(5.947)	-	-
Caixa líquido das controladas incorporadas	1.1.5	-	110	-	-
Recebimento na alienação de ativos		-	658	-	658
Aplicações financeiras		1.179	(10.295)	10.005	(28.217)
Aquisição de imobilizado	10	(2.872)	(9.512)	(59.097)	(30.989)
Dividendos recebidos	9	-	12.613	-	-
Partes relacionadas	23	17.901	8.463	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		14.375	(58.265)	(49.092)	(58.548)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 - continuação

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	5.374	4.597	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		-	229	-	229
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	-	(1.043)	-	(305)
Pagamento de passivos de arrendamento		(1.786)	(2.131)	(13.791)	(3.665)
Partes relacionadas	23	1.071	8.893	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		4.659	10.545	(13.791)	(3.741)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21)	(15.962)	16.888	(96.806)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	141	16.211	35.730	144.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	120	249	52.618	47.410
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21)	(15.962)	16.888	(96.806)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstração do Valor Adicionado para os períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS					
Vendas de energia	19	-	-	275.766	267.582
Compromissos futuros marcação a mercado		-	-	(8.593)	(12.749)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda		-	658	-	658
Outras receitas		3.628	4.138	32.839	6.025
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		(1)	-	(200.216)	(230.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(876)	79.525	32.168	63.230
Valor adicionado bruto		2.751	84.321	131.964	94.012
Depreciação	10	(1.644)	(1.779)	(72.056)	(51.798)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		1.107	82.542	59.908	42.214
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(22.372)	(108.558)	-	-
Receitas financeiras		702	574	3.973	6.605
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(20.563)	(25.442)	63.881	48.819
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		4.016	3.178	8.914	8.994
Honorários da administração		1.762	2.591	3.910	7.331
Benefícios		539	438	3.563	3.353
FGTS		351	283	1.052	860
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.168	1.243	12.088	4.913
Estaduais		-	-	2.880	832
Municipais		-	-	9	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		11.468	27.247	68.923	77.214
Aluguéis		59	(424)	394	113
Outros		-	(2.238)	2.074	2.969
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(39.926)	(57.760)	(39.926)	(57.760)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(20.563)	(25.442)	63.881	48.819

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

Base de Preparação

1. Contexto Operacional

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04578-900, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 2.1.4.

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	99,99	99,99		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”).
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angico S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Cedro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vellozia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angelim S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Facheiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Sabiu S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jataí S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Amescla S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Manineiro S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-		
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽ⁱ⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
SF 120 Participações Societárias S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renovapar S.A.	100	100		
Solar Caetite Energia Renovável LTDA. ⁽ⁱⁱ⁾	99,00	-	Controlada indireta	O objeto social da Sociedade é desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos, imóveis, comercializar a energia elétrica e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	99,99	99,99		
Renova Digital Ltda.	99,99	-	Controlada direta	Têm por objeto social a prestação de serviços de processamento de dados, bem como a realização de quaisquer outras atividades vinculadas ou indiretamente ao seu objeto social.
UFV Maracujá Ltda.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Gregal Ltda.	99,99	99,99		
UFV Lagoa Ltda.	99,99	99,99		
UFV Tambora Ltda.	99,99	99,99		
UFV Vatra Ltda.	99,99	99,99		
UFV Cachoeira Ltda.	99,99	99,99		
UFV Fotiá Ltda.	99,99	99,99		
UFV Morrinhos Ltda.	99,99	99,99		
UFV Iracema Ltda.	99,99	99,99		
UFV Azufre Ltda.	99,99	99,99		
UFV Junco Ltda.	99,99	99,99		
UFV Caraubas Ltda.	99,99	99,99		
UFV Quixabas Ltda.	99,99	99,99		

(i) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

(ii) Nota 1.1.2

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios e períodos findos em 31.12.2025 e 30.06.2026

1.1.1. Pagamento de credores

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 16 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 26 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em maio de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 9,1 milhões, correspondente a juros remanescentes acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026.

Em junho de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 6,9 milhões, correspondente a juros remanescentes e acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026. Neste mesmo período, houve a capitalização de juros ao principal no montante de R\$ 3,8 milhões.

1.1.2. Ativos mantidos para venda

Em 05 de novembro de 2025, a administração aprovou Termo de Compromisso para a venda do ativo Projeto UFV – GD Caetité Va, anteriormente classificado no imobilizado da Companhia. A medida está alinhada à estratégia da Companhia de continuidade operacional.

O ativo foi disponibilizado para venda em suas condições, encontrando-se em curso processo ativo de negociação com potenciais interessados para sua alienação. A Administração espera concluir a venda no prazo máximo de 12 meses, conforme exigido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Na data da classificação, o ativo possuía valor contábil líquido de R\$ 28.567 e, com base em avaliação de mercado, seu valor de venda estimado foi determinado em R\$ 16.000. Em conformidade com o item 15 do CPC 31 / IFRS 5, o ativo foi mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e, como esse valor estimado é inferior ao valor contábil, foi reconhecida perda de R\$ 12.567, registrada em “Ganho (perda) na alienação de ativos” no resultado do exercício de 2025.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

1.1.3. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B pela Companhia com data base de 30 de abril de 2025. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

Como efeito direto, foi promovida a baixa da rubrica de Debêntures Privadas na controladora, anteriormente vinculadas às SPEs incorporadas, sem impacto no consolidado do Grupo.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos incorporados obtidos a partir do supracitado laudo com data base de 30 de abril de 2025:

ATIVOS	30/04/2025	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/04/2025
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	110	Fornecedores	3.567
Tributos a recuperar	46	Total dos passivos circulantes	3.567
Despesas antecipadas	273		
Total dos ativos circulantes	429	NÃO CIRCULANTES	
		Fornecedores	22.946
		Total dos passivos não circulantes	22.946
NÃO CIRCULANTES			
Debêntures privadas	52.593	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	50.755	Capital social	341.469
Total dos ativos não circulantes	103.348	Recursos para futuro aumento de capital	1.373
		Prejuízos acumulados	(265.578)
		Total do patrimônio líquido	77.264
TOTAL DOS ATIVOS	103.777	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.777

1.1.4. Evolução do projeto de Serviço de Exportação de Processamento de Dados

A Companhia registrou avanço relevante na operação de serviços de exportação de processamento de dados, realizada por meio de Data Center existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, que entrou em operação em dezembro de 2025 e se encontra em fase de implantação. A operação possui consumo total estimado de 90 MW, dos quais 65 MW já se encontravam em operação em 30 de junho, em decorrência da conclusão da mobilização e do posicionamento dos módulos da fase inicial.

A conclusão da implantação dos módulos remanescentes segue em andamento no período subsequente, com operação integral prevista para o segundo semestre de 2026.

A iniciativa contempla a disponibilização de infraestrutura digital completa para processamento de dados, conectando a carga diretamente à subestação do complexo.

Adicionalmente, a operação representa uma nova fase na diversificação das fontes de receita da Companhia, conforme divulgado ao mercado. A evolução registrada no período subsequente reforça o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e com a otimização de sua matriz operacional.

1.2. Encerramento da Recuperação judicial

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, com arquivamento do referido processo em 19 de maio de 2026.

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$976.785.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de Recuperação Judicial propriamente dito.

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em Recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de junho de 2026:

Classes	Saldo em 31/12/2025	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 30/06/2026
Classe II - credores com garantia real	723.371	(40.946)	48.429	730.854
Classe III - credores quirografários	218.072	(8.967)	1.867	210.972
Extraconcursal	34.691	(1.182)	1.450	34.959
Total	976.134	(51.095)	51.746	976.785

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(79.104)	(438.953)	111.941	723.371
Classe III - credores quirografários	324.890	(17.139)	(97.563)	7.884	218.072
Extraconcursal	33.342	(3.169)	-	4.518	34.691
Total	1.487.719	(99.412)	(536.516)	124.343	976.134

Em 30 de junho de 2026 as classes estão apresentadas nas notas explicativas conforme quadro abaixo:

	Notas	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 31/12/2025
Fornecedores	12	120.380	124.692
Empréstimos e financiamentos	13	769.608	761.950
Contas a pagar - CCEE	15	28.189	29.068
Outras contas a pagar	16	58.608	60.424
Total		976.785	976.134

Classe I – credores trabalhistas:

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a Companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Classe II – credores com garantia real:

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real (vide nota 10.10). Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (*pro rata temporis*);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano;

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- Taxa Piso IPCA + 5% ao ano;
- A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,00%	1,50%
2028	1,50%	2,00%
2029	2,50%	2,50%
2030	2,50%	2,50%
2031	2,50%	2,50%
2032	2,50%	4,00%
2033	4,00%	4,00%
2034	4,00%	4,00%
2035	4,00%	51,50%

Classe III – credores quirografários:

- Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

Classe IV – credores microempresas e empresas de pequeno porte:

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe IV – Credores microempresas e empresas de pequeno foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Principais fatos da recuperação judicial:

Capitalização de Créditos – Aumento de Capital

Em outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital mediante emissão de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,08/ação, fixado com base no VWAP de 30 pregões (12 de setembro a 23 de outubro de 2024) com deságio de 0,9%, totalizando entre R\$524 milhões ("Subscrição Mínima") e R\$540 milhões ("Subscrição Máxima"). A operação consistiu na capitalização de créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, fundo integrante do conglomerado econômico do grupo controlador da Companhia, sendo condicionada à confirmação da titularidade dos referidos créditos pelo Credor.

A capitalização resultou em redução do endividamento de aproximadamente 35% (base setembro de 2024), sem qualquer comprometimento de caixa, fortalecendo a estrutura de capital da Companhia no contexto da Recuperação Judicial. Os créditos capitalizados correspondem às classes II e III detalhadas nas notas explicativas 12 e 13.5, respectivamente. Foi assegurado direito de preferência aos acionistas nos termos do art. 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, com possibilidade de homologação parcial do aumento desde que respeitada a Subscrição Mínima. O preço de emissão foi fixado com base no art. 170, §1º, III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada aos acionistas.

Homologação e Desdobramentos do Aumento de Capital

Em 5 de março de 2025, o VC Energia II FIP confirmou a titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados, sendo celebrados em 6 de março de 2025 o "Termo de Compromisso de Lock-Up" e o "Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" entre a Companhia e o Credor. Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital no valor atualizado de R\$534 milhões, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias ao preço unitário de R\$1,08/ação. Do total homologado, 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor e 209.206 ações foram subscritas por acionistas mediante exercício do Direito de Preferência, em moeda corrente, pelo valor de R\$226 mil. Com a homologação, o Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais que reconheceu a nulidade da operação de capitalização de créditos. Contudo, em 26 de maio de 2025, nova decisão em sede de embargos de declaração opostos pela Companhia revogou a declaração de nulidade, determinando, contudo, que a Companhia estendesse aos demais credores concursais a possibilidade de capitalizar seus créditos em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado, com período de manifestação de interesse encerrado em 19 de junho de 2025.

Os credores interessados poderiam celebrar Compromisso de Subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R\$2,16/ação (após grupamento, conforme nota 18(d)), integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos atualizados, assumindo ainda: (i) Compromisso de Lock-Up de 12 meses sobre as ações recebidas; e (ii) Compromisso de Investimento, mediante adiantamento para futuro aumento de capital de eventual parcela em dinheiro decorrente do exercício do direito de preferência pelos acionistas. Os termos e condições aplicáveis seguem os mesmos parâmetros estabelecidos nos instrumentos celebrados pelo VC Energia II FIP no contexto do Aumento de Capital original.

Encerrado o Período de Manifestação em 19 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em 1º de agosto de 2025, novo aumento de capital social por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 2.184, mediante emissão de até 1.011.563 ações ordinárias ao preço unitário de R\$2,16/ação, admitida homologação parcial desde que atingido o valor mínimo de R\$2.004 ("Novo Aumento de Capital").

Em 18 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do Novo Aumento de Capital no valor atualizado de R\$2.010, representado por 930.690 novas ações ordinárias ao preço unitário de R\$2,16/ação. Do total homologado, 929.898 ações foram subscritas pelos credores aderentes mediante capitalização de créditos, e 792 ações foram subscritas por acionistas no exercício do direito de preferência, com os respectivos valores direcionados ao credor TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., nos termos do compromisso de adiantamento para futuro aumento de capital. Após a homologação, o capital social da Companhia passou a ser de R\$4.706.879.

Com a conclusão dessa etapa, a Companhia deu integral cumprimento à decisão judicial que determinou a extensão isonômica da capitalização de créditos aos demais credores concursais, encerrando o ciclo de capitalizações no âmbito da Recuperação Judicial. Adicionalmente, nos termos do 7º Aditamento ao Plano, em 15 de agosto de 2026 encerra-se o período de carência da amortização do principal dos créditos da Classe II – credores com garantia real, com início do novo fluxo de amortização semestral a partir do segundo semestre de 2026, conforme cronograma apresentado nesta nota.

Em reunião de 30 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital, de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dentro do limite de capital autorizado, nos termos do artigo 8º, do estatuto social da Companhia, e do artigo 168, da Lei das Sociedades por Ações, tendo por objetivo a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 10.701.723/0001-71 ("TSK Energia"), conforme "Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", celebrado entre a Companhia e a TSK Energia, em 04 de agosto de 2025, ratificado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 18 de setembro de 2025 ("AFAC TSK Energia").

O aumento do capital social, por subscrição privada de novas ações ordinárias, terá o valor mínimo de R\$ 1.710,72 e o valor máximo de R\$ 100.000,00. As novas ações ordinárias serão emitidas ao preço de R\$ 2,16 por ação.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Foi atribuído aos acionistas o direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas no aumento de capital social da Companhia, na proporção de sua participação no capital social da Companhia e sua homologação aguarda deliberação do Conselho de Administração.

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$ 39.926 (R\$ 57.760 em 30 de junho de 2025) e prejuízos acumulados de R\$ 3.514.844 (R\$ 3.474.918 em 31 de dezembro de 2025). Nessa data, os passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R\$ 11.393 na controladora (R\$ 11.557 em 31 de dezembro de 2025 os ativos circulantes excediam aos passivos circulantes em) e em R\$ 77.219 (R\$ 74.373 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado. O resultado do exercício decorreu, principalmente, do resultado financeiro líquido negativo consolidado de R\$ 67.423 (R\$ 73.427 em 30 de junho de 2025), substancialmente relacionado ao reconhecimento de juros incidentes sobre empréstimos e fornecedores.

Em 30 de junho de 2026, a posição de capital circulante líquido negativo decorre, em grande parte, do registro temporário de R\$ 62.487 (nota 15) no passivo circulante, relativos a ajustes regulatórios junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais valores não representam desembolso imediato, uma vez que sua exigibilidade se encontra suspensa nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303, de 08 de agosto de 2024, até a conclusão da apuração definitiva. Adicionalmente, parcela desses montantes poderá ser revista ou compensada, considerando mecanismos regulatórios de compensação por cortes de geração (*curtailment*), que asseguram à Companhia direito a reembolso parcial.

1.4. Mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que introduziu alterações relevantes no marco regulatório do setor elétrico, estabelecendo mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares. A elegibilidade a tais compensações está condicionada à adesão a termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, cuja minuta foi submetida à Consulta Pública nº 210/2025 pelo Ministério de Minas e Energia. Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140, que regulamenta os procedimentos para a celebração do referido termo de compromisso, disciplinando as etapas, os critérios e os prazos aplicáveis, bem como aprovando a respectiva minuta. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação.

2. Políticas Contábeis

2.1. Políticas contábeis materiais

2.1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As Informações Financeiras Trimestrais, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

2.1.2 Aprovação da Informação Financeira Trimestral individual e consolidada

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.1.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia Renova Energia e suas controladas é como segue:

2.1.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas.

2.1.5 Investimentos

As informações financeiras trimestrais são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.1.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional decorrente do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.1.7 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluindo as ações em tesouraria.

2.1.8 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas da Companhia estão enquadradas em dois regimes de tributação. As controladas diretas Itaparica, Ventos de São Bartolomeu e Taperoá, bem como as controladas indiretas Ventos de São Cristóvão, Imburana Macho, LER 13 e LER 14 que adotam o regime de tributação com base no lucro presumido. As demais empresas do grupo são optantes pelo regime de lucro real, listadas na nota 1.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos na informação financeira e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

2.1.9 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada componente, e reconhecidos no resultado do exercício. Os terrenos, por não estarem sujeitos a desgaste ou perda de utilidade ao longo do tempo, não são depreciados.

A depreciação tem início a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia e suas controladas estão em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, e suas atualizações posteriores, incluindo a revisão promovida pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.020, de 17 de maio de 2022. A Administração entende que essas taxas refletem adequadamente a melhor estimativa da vida útil econômica dos ativos e, por essa razão, são utilizadas como parâmetro para o cálculo da depreciação dos itens do ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual relacionada ao final da vida útil dos ativos. Essas provisões são registradas nas usinas de geração eólica, com o objetivo de fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

O valor da provisão é calculado com base no valor presente das respectivas responsabilidades futuras estimadas, sendo registrado em contrapartida a um aumento do respectivo ativo imobilizado. Esse valor é amortizado de forma linear período de vida útil estimada dos ativos aos quais está associado.

A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil o reconhecimento inicial dessa provisão a partir da entrada em operação comercial dos parques eólicos, com revisão periódica das premissas adotadas para sua mensuração.

2.1.10 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento ao uso de terrenos e equipamentos vinculados à operação dos parques eólicos e da usina fotovoltaica, bem como contratos de locação de imóveis destinados a escritórios administrativos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de baixo valor

A Companhia pode contratar arrendamentos cujo valor individual do ativo subjacente seja considerado baixo, para esses arrendamentos, a Companhia adota a isenção de reconhecimento permitida pela norma, optando por não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa na demonstração do resultado, ao longo do período em que o ativo é utilizado.

2.1.11 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.1.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.1.13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); e
- Aplicações financeiras (nota 6).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é as contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes (10.12);
- Transações com partes relacionadas (nota 23); e
- Outras contas a pagar (nota 16).

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

2.1.14 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2 Novas normas contábeis e interpretações emitidas e ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação desta informação financeira.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O CPC51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após 2026.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação emitida (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

Renova Energia S.A.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Em 27 de maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios: Divulgação emitida (*Regulatory Assets and Regulatory Liabilities*). A nova norma é abrangente para entidades que operam sob regulação tarifária. A IFRS 20 substitui a IFRS 14 Contas de Diferimento Regulatório.

Entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2029. No entanto, as empresas poderão adotá-la antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão Internacional ISSB - IFRS S1 e S2.

A Resolução CVM nº 244 revoga essa obrigatoriedade, substituindo o modelo impositivo por um regime de voluntariedade qualificada, conferindo maior autonomia às Companhias para avaliar custos e benefícios da adoção do reporte de sustentabilidade.

Outras Normas Contábeis

O IASB emitiu, em dezembro de 2024, alterações aos pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação, intituladas "Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente da Natureza" (correlatas ao CPC 48 e CPC 40, respectivamente), com vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Administração avaliou os contratos de venda de energia da Companhia e de suas controladas e concluiu que estes se qualificam para a isenção de uso próprio nos termos vigentes do IFRS 9/CPC 48, uma vez que preveem entrega física da energia gerada, consistente com a atividade operacional normal da Companhia. Adicionalmente, a Administração avaliou as alterações ao IFRS 9/IFRS 7 referentes à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, emitidas em maio de 2024 e também vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026, e não identificou, até o momento, impactos relevantes decorrentes dessa alteração específica nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema iniciou-se em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽ⁱ⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

3.2 Mercado Livre (ACL)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	215,87	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	233,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	228,39	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	212,58	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	214,18	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	213,39	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	217,49	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	215,05	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	216,58	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	266,23	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	266,23	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	266,23	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- Eólico** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Solar** - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- Comercialização** – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo** – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- e) Processamento de Dados – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento e operação de infraestrutura energética destinada a Centros de Processamento de Dados (CPDs) colocalizados com os parques geradores da Companhia. A Companhia atua como provedora de infraestrutura energética e de serviços de hospedagem (*hosting*) para clientes que demandam processamento intensivo de dados, disponibilizando espaço físico e condições operacionais adequadas para a instalação e funcionamento de equipamentos de processamento de dados, gerando receitas por meio da comercialização dos serviços de hospedagem associados.

As informações por segmento em 30 de junho de 2026 e 2025 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

30/06/2026						
	Eólico e Processamento de dados	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	170.072	-	195.553	-	(173.582)	241.332
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(8.593)	-	-	(8.593)
Custos não gerenciáveis	(14.931)	-	(116)	-	-	(15.047)
Margem Bruta	204.430	-	186.844	-	(173.582)	217.692
Custos gerenciáveis	(110.297)	(1.415)	(171.410)	(5.011)	173.582	(114.551)
Depreciações e amortizações	(49.658)	-	(20.754)	(1.644)	-	(72.056)
Ganho (perda) na alienação de ativos	-	-	-	-	-	-
Receita financeira	171	45	11.364	658	-	12.238
Despesa financeira	(55.653)	(2)	(12.449)	(11.076)	(481)	(79.661)
Imposto de renda e contribuição social	(6.494)	-	2.906	-	-	(3.588)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(17.501)	(1.372)	(3.499)	(17.073)	(481)	(39.926)

30/06/2025						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	130.235	-	227.504	-	(123.719)	234.020
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(12.750)	-	-	(12.750)
Custos não gerenciáveis	(11.416)	-	(105)	-	-	(11.521)
Margem Bruta	118.819	-	214.649	-	(123.719)	209.749
Custos gerenciáveis	(87.651)	(100)	(256.352)	76.234	123.719	(144.150)
Depreciação	(50.019)	-	-	(1.779)	-	(51.798)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	5.239	2	714	530	-	6.485
Despesa financeira	(48.383)	(191)	(6.493)	(24.349)	(496)	(79.912)
Imposto de renda e contribuição social	(3.127)	-	4.335	-	-	1.208
Lucro líquido (prejuízo) do período	(65.122)	(289)	(43.147)	51.294	(496)	(57.760)

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	5	60	20	93
Bancos conta movimento	65	58	3.500	11.591
Bancos conta moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	-	-	31.842	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	50	23	17.252	24.046
Aplicações financeiras (restrita)	10.939	11.352	30.798	36.644
Total	11.059	11.493	83.412	72.374
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	120	141	52.618	35.730
Aplicações financeiras	10.939	11.352	30.794	36.644
Total	11.059	11.493	83.412	72.374

(i) Refere-se a recursos em dólares norte-americanos (US\$), decorrentes de adiantamento de cliente para operacionalização de projetos.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,19% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Os principais valores em aplicações financeiras restritas somam R\$ 10.918 na controladora como garantia CUST de São Salvador, e R\$ 11.615 no consolidado para assegurar contratos de aluguel de equipamentos dos projetos em desenvolvimento. Essas garantias reforçam a solidez financeira da Companhia e asseguram a continuidade dos investimentos estratégicos, garantindo condições favoráveis para a execução dos projetos e geração futura de valor.

As aplicações financeiras vinculadas a garantias da Companhia referem-se principalmente a compromissos associados ao projeto São Salvador e aos contratos de aluguel de equipamentos em desenvolvimento. Esses montantes permanecem temporariamente alocados de forma restrita e tendem a ser liberados à medida que as etapas operacionais atualmente em fase de conclusão sejam formalmente encerradas.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Comercialização Mercado livre	41.469	40.221
CCEE	30.703	28.267
Total	72.172	68.488

Os saldos em 30 de junho de 2026 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRRF a compensar	483	439	1.897	1.229
IRPJ Estimativa a Compensar	3	3	6.639	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	133	737	736
CSLL Estimativa a Compensar	2	2	2.404	27
COFINS a recuperar	-	-	11.673	8.128
PIS a recuperar	-	-	2.578	1.712
ICMS a recuperar	-	-	5.058	5.070
Outros tributos a compensar	135	135	144	144
Total	756	712	31.130	17.115

Em 30 de junho de 2026, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPE's, que estão em Lucro Real, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2027, o aumento dos créditos em relação ao exercício anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste exercício.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Eólico/Solar		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.014.258	1.071.589
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	19.105	18.853
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	68.082	61.921
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	182	215
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações ⁽ⁱⁱ⁾	2.978	2.979
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	80.626	50.213
Total	1.199.164	1.219.703
Ativo		
Investimento	1.199.164	1.219.703
Total	1.199.164	1.219.703

(ii) Demais empresas listadas na nota 1.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/06/2026					31/12/2025				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	359.783	99,99	400	-	-	39.980	99,99	400	-	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.181.193.789	99,99	897.092	1.014.258	(57.332)	897.092.000	99,99	897.092	1.071.589	(166.485)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	68.402.277	99,99	41.179	19.105	(1.308)	41.179.368	99,99	41.179	18.853	(20.584)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	7.128.509.207	99,99	60.947	68.082	6.161	7.128.509.207	99,99	60.947	61.921	974
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	13.094	99,99	251.093	182	(236)	251.092.591	99,99	251.093	215	(368)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	249	-	-	235.682	100,00	236	-	(1)
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.429	13.933	-	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(8)
Outras participações ⁽ⁱ⁾	-	99,99	2.843	2.973	(6)	-	-	2.844	2.974	164
Outras incorporadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.262
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	746.585.448	100,00	746.585	80.626	30.413	746.585.448	100,00	746.585	50.213	(43.644)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	1	(14)	26.375	99,00	26	1	(14)
UFV Gregal Ltda.	38.899	99,00	39	-	(14)	38.899	99,00	39	-	(14)
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Tambora Ltda.	7.801	99,00	8	-	(4)	7.801	99,00	8	-	(4)
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Cachoeira Ltda.	449	99,00	-	-	-	449	99,00	-	-	(1)
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Morrinhos Ltda.	13.056	99,00	13	1	(4)	13.056	99,00	13	1	(4)
UFV Iracema Ltda.	2.658	99,00	3	2	-	2.658	99,00	3	2	(1)
UFV Azulre Ltda.	1.924	99,00	2	1	-	1.924	99,00	2	1	(1)
UFV Junco Ltda.	360	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Quixaba Ltda.	360	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
Total				1.199.164	(22.372)				1.219.703	(215.765)

(i) Demais empresas listadas na nota 1

(ii) Empresas incorporados nota 1.13

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2025	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	30/06/2026
Eólico/Solar					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.071.589	-	-	(57.331)	1.014.258
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	18.853	-	1.560	(1.308)	19.105
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	61.921	-	-	6.161	68.082
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	215	-	202	(235)	182
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	-	13.933
Renovapar S.A.	-	13	(13)	-	-
Outras participações ⁽ⁱⁱ⁾	2.979	-	71	(72)	2.978
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A.	50.213	-	-	30.413	80.626
Total	1.219.703	13	1.820	(22.372)	1.199.164

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

Renova Energia S.A.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Redução de Capital	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	30/06/2025
PCH								
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(4)	-	1	3	-	-	-	-
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	480.735	(501)	(86.626)	(17.534)	-	-	1.220.554
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	2.356	2.384	-	1.533	-	-	(6.273)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	922	-	-	197	-	-	(1.119)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.304)	6.991	-	1.741	-	-	(5.428)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.174)	7.921	4	244	-	-	(4.995)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	7.402	-	-	1.608	-	-	(9.010)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	796	-	-	312	-	-	(1.108)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	237	4.640	-	1.454	-	-	(6.331)	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	159	-	-	237	-	-	(396)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.701)	6.953	-	1.643	-	-	(4.895)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.401)	6.612	1	1.803	-	-	(5.015)	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	4.402	30	-	1.173	-	-	(5.605)	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(4.384)	6.222	-	(2.303)	-	-	465	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	5.705	-	-	3.418	-	-	(9.123)	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	5.308	-	-	3.317	-	-	(8.625)	-
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(2.143)	5.427	-	482	-	-	(3.766)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	596	3.125	509	(2.481)	-	-	(1.749)	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	10	2.075	-	442	-	-	(2.527)	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.164)	1.862	863	(747)	-	-	(814)	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	128	-	-	48	-	-	(176)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	644	-	1	129	-	-	(774)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	-	4.930	(358)	-	-	-	36.419
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	-	7.511	-	(12.613)	-	88.796
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	189	(137)	-	-	-	231
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	-	-	-	-	13.933
Outras participações	2.757	113	(50)	(63)	-	-	-	2.757
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	14.410	-	-	(43.138)	-	-	-	(28.728)
Total	1.008.894	535.090	5.947	(108.558)	(17.534)	(12.613)	(77.264)	1.333.962

(ii) Companhias incorporadas pela controladora no decorrer do exercício de 2025.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.732)	8	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.443)	81	2.524	(2.436)	88
		28.956	(28.867)	89	28.956	(28.857)	99
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.356)	-	5.356	(5.356)	-
Benfeitorias	4%	854	(334)	520	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	309	(299)	10	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.636)	101	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.561	(4.214)	347	4.465	(4.158)	307
		14.817	(13.839)	978	14.717	(13.733)	984
Total do imobilizado em serviço		43.773	(42.706)	1.067	43.673	(42.590)	1.083
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		118.471	-	118.471	113.805	-	113.805
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		1.129	-	1.129	1.128	-	1.128
Aerogeradores		7.584	-	7.584	7.584	-	7.584
Equipamentos de subestação		18.154	-	18.154	18.083	-	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	32.244	-	32.244
Terrenos		64.469	-	64.469	62.826	-	62.826
Adiantamentos a fornecedores		3.944	-	3.944	7.223	-	7.223
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(60.826)	-	(60.826)
Total do imobilizado em curso		186.231	-	186.231	183.129	-	183.129
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		42.059	(30.326)	11.733	38.309	(28.803)	9.506
Transferência para ativos mantidos para venda							
Total do imobilizado em curso		42.059	(30.326)	11.733	38.309	(28.803)	9.506
Total imobilizado		272.063	(73.032)	199.031	265.111	(71.393)	193.718

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

10.2. Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2025	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	30/06/2026
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	4	-	-	309
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	96	-	-	4.561
	<u>14.717</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.817</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.673</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.773</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.693)	-	1	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.753)	-	24	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.461)	-	25	-	(2.436)
	<u>(28.907)</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.356)	(15)	5	-	(5.366)
Benfeitorias	(317)	(17)	-	-	(334)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(33)	-	-	(3.636)
Equipamento de informática	(4.133)	(56)	(25)	-	(4.214)
	<u>(13.683)</u>	<u>(121)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>(13.849)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.590)</u>	<u>(121)</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>(42.706)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.083</u>	<u>(21)</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>1.067</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	113.805	4.666	-	-	118.471
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.128	1	-	-	1.129
Aerogeradores	7.584	-	-	-	7.584
Equipamentos de subestação	18.083	71	-	-	18.154
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.244	-	-	-	32.244
Terrenos	62.826	1.643	-	-	64.469
Adiantamentos a fornecedores	7.223	-	(30)	(3.249)	3.944
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(60.826)	-	-	-	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>183.129</u>	<u>6.381</u>	<u>(30)</u>	<u>(3.249)</u>	<u>186.231</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	38.309	3.750	-	-	42.059
(-) Amortização contratos de arrendamento	(28.803)	(1.523)	-	-	(30.326)
	<u>9.506</u>	<u>2.227</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.733</u>
Total do imobilizado	<u>193.718</u>	<u>8.587</u>	<u>-</u>	<u>(3.249)</u>	<u>199.031</u>

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	Adição por incorporação (i)	30/06/2025
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	-	-	(3)	-	4.443
	<u>14.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>14.695</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>43.651</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.692)	-	-	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	-	(2.436)
	<u>(28.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(40)	-	-	-	(5.337)
Benfeitorias	(282)	(17)	(1)	-	-	(300)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(36)	-	-	-	(3.567)
Equipamento de informática	(4.033)	(72)	-	-	-	(4.105)
	<u>(13.442)</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.608)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.299)</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.465)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.355</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>1.186</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	111.481	5.846	(53.847)	(1.036)	46.910	109.354
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	1.126	1.128
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	7.584	7.584
Equipamentos de subestação	-	850	1.179	-	16.054	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	32.216	32.244
Terrenos	50	2.574	53.847	-	3.022	59.493
Adiantamentos a fornecedores	559	3.161	1	-	-	3.721
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(56.157)	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>109.663</u>	<u>12.460</u>	<u>1</u>	<u>(1.036)</u>	<u>50.755</u>	<u>171.843</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	30.751	3.502	-	(167)	-	34.086
(-) Amortização contratos de arrendamento	<u>(25.333)</u>	<u>(1.614)</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>(26.967)</u>
	5.418	1.888	-	(187)	-	7.119
Total do imobilizado	<u>116.436</u>	<u>14.183</u>	<u>-</u>	<u>(1.226)</u>	<u>50.755</u>	<u>180.148</u>

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.3

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(16)	159	175	(13)	162
Máquinas e equipamentos	5%	2.186.701	(326.826)	1.859.875	2.186.684	(284.408)	1.902.276
Móveis e utensílios	10%	908	(103)	805	908	(70)	838
Equipamento de informática	17%	19	(6)	13	19	(4)	15
Torres de medição	20%	25.215	(22.772)	2.443	25.215	(22.770)	2.445
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.732)	8	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.443)	81	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(3.574)	18.668	22.242	(3.117)	19.125
		<u>2.241.524</u>	<u>(359.472)</u>	<u>1.882.052</u>	<u>2.241.507</u>	<u>(316.547)</u>	<u>1.924.960</u>
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(13.209)	8.209	21.418	(12.877)	8.541
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(50.861)	500.542	551.403	(42.711)	508.692
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	144	(19)	125
		<u>577.327</u>	<u>(64.089)</u>	<u>513.238</u>	<u>577.327</u>	<u>(55.607)</u>	<u>521.720</u>
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(2.041)	21.527	23.568	(1.799)	21.769
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.617)	-	(297.617)	(297.617)	-	(297.617)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.356)	-	5.356	(5.350)	6
Benfeitorias	4%	854	(334)	520	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	309	(299)	10	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.636)	101	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.561	(4.214)	347	4.465	(4.158)	307
		<u>14.817</u>	<u>(13.839)</u>	<u>978</u>	<u>14.717</u>	<u>(13.727)</u>	<u>990</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		31.312	-	31.312	32.703	-	32.703
Total do imobilizado em serviço		<u>2.590.931</u>	<u>(439.441)</u>	<u>2.151.490</u>	<u>2.592.205</u>	<u>(387.680)</u>	<u>2.204.525</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		363.538	-	363.538	342.309	-	342.309
Estudos e projetos		1.110	-	1.110	1.110	-	1.110
Terrenos		68.681	-	68.681	66.842	-	66.842
Edificações, obras civis e benfeitorias		51.697	-	51.697	47.742	-	47.742
Torres de medição		1.302	-	1.302	1.301	-	1.301
Máquinas e equipamentos		3.016	-	3.016	5.866	-	5.866
Equipamentos de subestação		28.360	-	28.360	23.061	-	23.061
Adiantamentos a fornecedores		48.577	-	48.577	23.751	-	23.751
Depreciação Provisão ⁽ⁱ⁾			(12.497)	(12.497)	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		<u>325.984</u>	<u>(12.497)</u>	<u>313.487</u>	<u>271.685</u>	<u>-</u>	<u>271.685</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		143.554	(47.206)	96.348	102.780	(36.990)	65.790
Total direito de uso		<u>143.554</u>	<u>(47.206)</u>	<u>96.348</u>	<u>102.780</u>	<u>(36.990)</u>	<u>65.790</u>
Total imobilizado		<u>3.060.469</u>	<u>(499.144)</u>	<u>2.561.325</u>	<u>2.966.670</u>	<u>(424.670)</u>	<u>2.542.000</u>

(i) Provisão da depreciação do imobilizado que está em processo de unitização. Veja maiores detalhes na nota 1.1.4

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽¹⁾	30/06/2026
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175
Máquinas e equipamentos	2.186.684	19	-	(2)	2.186.701
Móveis e utensílios	908	-	-	-	908
Equipamento de informática	19	-	-	-	19
Torres de medição	25.215	-	-	-	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	2.241.507	19	-	(2)	2.241.524
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	144	-	-	-	144
	577.327	-	-	-	577.327
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	23.568	-	-	-	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.617)	-	-	-	(297.617)
	2.544.785	19	-	(2)	2.544.802
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	4	-	-	309
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	66	-	30	4.561
	14.717	70	-	30	14.817
Estoques					
Almoxarifado geral	32.703	1.812	(3.100)	(103)	31.312
Total do imobilizado em serviço - custo	2.592.205	1.901	(3.100)	(75)	2.590.931
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13)	(3)	-	-	(16)
Máquinas e equipamentos	(284.408)	(42.418)	-	-	(326.826)
Móveis e utensílios	(70)	(33)	-	-	(103)
Equipamento de informática	(4)	(2)	-	-	(6)
Torres de medição	(22.770)	(2)	-	-	(22.772)
Equipamentos de medição	(3.729)	(3)	-	-	(3.732)
Equipamentos de torres	(2.436)	(7)	-	-	(2.443)
Provisão para Desmantelamento	(3.117)	(457)	-	-	(3.574)
	(316.547)	(42.925)	-	-	(359.472)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.877)	(332)	-	-	(13.209)
Máquinas e equipamentos	(42.711)	(8.150)	-	-	(50.861)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	(55.607)	(8.482)	-	-	(64.089)

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	30/06/2026
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.799)	(242)	-	-	(2.041)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.350)	(6)	-	-	(5.356)
Benfeitorias	(317)	(17)	-	-	(334)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(33)	-	-	(3.636)
Equipamento de informática	(4.158)	(56)	-	-	(4.214)
	(13.727)	(112)	-	-	(13.839)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(387.680)	(51.761)	-	-	(439.441)
Total do imobilizado em serviço	2.204.525	(49.860)	(3.100)	(75)	2.151.490
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	342.309	21.229	-	-	363.538
Estudos e projetos	1.110	-	-	-	1.110
Terrenos	66.842	1.839	-	-	68.681
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.742	3.954	-	1	51.697
Torres de medição	1.301	1	-	-	1.302
Máquinas e equipamentos	5.866	300	(3.150)	-	3.016
Equipamentos de subestação	23.061	5.378	(80)	1	28.360
Adiantamentos a fornecedores	23.751	28.104	(3.248)	(30)	48.577
Depreciação Provisão ⁽ⁱⁱ⁾	-	(12.497)	-	-	(12.497)
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	271.685	48.308	(6.478)	(28)	313.487
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	102.780	40.774	-	-	143.554
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(2.024)	(1.690)	-	-	(3.714)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(34.966)	(8.526)	-	-	(43.492)
Total direito de uso	65.790	30.558	-	-	96.348
Total do imobilizado	2.542.000	29.006	(9.578)	(103)	2.561.325

(i) Refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

(ii) Provisão da depreciação do imobilizado em curso que está em processo de unitização. Veja maiores detalhes na nota 1.1.4

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas¹	30/06/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	-	-	2.954	2.176.736
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Aerogeradores	-	-	-	20.947	20.947
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	2.227.425	-	-	25.081	2.252.506
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(910)	144
	578.237	-	-	(910)	577.327
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.245	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.528.295	-	-	27.416	2.555.711
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	-	-	(19)	4.446
	14.717	-	-	(19)	14.698
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	4.369	(370)	-	32.575
Total do imobilizado em serviço - custo	2.571.588	4.369	(370)	27.397	2.602.984
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(3)	-	-	(10)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(42.522)	-	-	(240.477)
Móveis e utensílios	(5)	(33)	-	-	(38)
Equipamento de informática	(1)	(2)	-	-	(3)
Torres de medição	(24.138)	(2)	-	1.372	(22.768)
Aerogeradores	-	(466)	-	(1.373)	(1.839)
Equipamentos de medição	(3.729)	(11)	-	-	(3.740)
Equipamentos de torres	(2.436)	(16)	-	-	(2.452)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(454)	-	-	(2.657)
	(230.474)	(43.509)	-	(1)	(273.984)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(333)	-	-	(12.544)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(8.223)	-	-	(34.489)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	(38.496)	(4.278)	-	-	(47.052)

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2025
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(244)	-	-	(1.555)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(14)	-	-	(5.309)
Benfeitorias	(282)	(18)	-	-	(300)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(36)	-	-	(3.567)
Equipamento de informática	(4.033)	(72)	-	-	(4.105)
	(13.440)	(140)	-	-	(13.580)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(283.721)	(52.449)	-	(1)	(336.171)
Total do imobilizado em serviço	2.287.867	(48.080)	(370)	27.396	2.266.813
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	361.037	14.267	(1.090)	(56.999)	317.215
Estudos e projetos	1.062	4	-	-	1.066
Terrenos	3.208	2.729	-	57.083	63.020
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	2.696	(4)	(177)	34.950
Aerogeradores	44.861	169	-	(20.947)	24.083
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	998	(120)	(3.991)	22.726
Adiantamentos a fornecedores	1.024	8.703	(220)	(932)	8.575
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	233.365	29.568	(1.434)	(27.401)	234.098
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	4.434	(270)	11	56.298
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(282)	-	-	(1.571)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(1.850)	-	1	(30.342)
Total direito de uso	22.341	2.302	(270)	12	24.385
Total do imobilizado	2.543.573	(16.210)	(2.074)	7	2.525.296

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade com o marco regulatório brasileiro, é responsável por definir a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, realizando revisões periódicas dessas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma referência razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, tais taxas foram utilizadas como base para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de junho de 2026 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	30/06/2026		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	10.598	-	10.598
LER 2013	323	-	323
	10.921	-	10.921
Outros			
Solar	8	-	8
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	363.383	(60.825)	302.558
Total do imobilizado em curso	374.312	(60.825)	313.487

Projetos	31/12/2025		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	13.665	-	13.665
LER 2013	5.558	-	5.558
LER 2013	1.145	-	1.145
	20.369	-	20.369
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso ^c	284.263	(60.825)	223.438
Total do imobilizado em curso	332.509	(60.825)	271.685

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de impairment para esses ativos.

(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa periodicamente seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos. Nesse processo de reavaliação, foram identificados valores anteriormente baixados que, após nova análise técnica e econômica, deixaram de representar perdas esperadas. Assim, em 30 de junho de 2026, a Companhia efetuou o estorno dos montantes cuja baixa deixou de ser aplicável, refletindo a atualização das premissas utilizadas em seu portfólio de projetos. Após essa reavaliação, a Companhia concluiu que não havia outros projetos a serem baixados além dos ajustes já revertidos no exercício.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC).

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

10.10. Bens dados como garantia

- a) A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.683.756, que foram incorporados na recuperação judicial conforme Nota 1.2.
- b) Às garantias já constituídas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, foram cedidos fiduciariamente aos Credores com Garantia Real os direitos sobre os recebíveis oriundos do Projeto Data Center, líquidos dos custos e despesas sobre aluguel de equipamentos. Os valores recebidos em decorrência do referido projeto serão depositados em conta vinculada, a qual será utilizada exclusivamente para essa finalidade, assegurando a segregação e a destinação adequada dos recursos em favor dos credores beneficiários da garantia.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

10.12. Bens em contratos de comodato

A Companhia utiliza equipamentos de data center recebidos em comodato sob regime de admissão temporária, com pagamento proporcional de tributos. Embora não haja custo de aquisição, os equipamentos são utilizados exclusivamente pela Companhia, que detém controle sobre sua operação e obtém benefícios econômicos futuros. Durante a vigência do contrato, os bens são registrados em contas de compensação no ativo e no passivo, refletindo a responsabilidade assumida pela empresa quanto à guarda e utilização.

Os custos diretamente atribuíveis à importação, instalação e transporte no período findo em 30 de junho de 2026, no valor de R\$ 50.674, foram capitalizados, tendo como contrapartida o registro de receita diferida em Adiantamento de Clientes, dos quais R\$ 11.379 já foram reconhecidos no resultado do período, os demais valores destinam-se à contratação de seguros aduaneiros e importação de novos equipamentos.

Os tributos federais pagos proporcionalmente ao longo do contrato, por serem não recuperáveis e diretamente relacionados ao uso do ativo, também foram incorporados ao valor contábil do imobilizado. Tanto a depreciação do ativo quanto o reconhecimento da receita diferida vinculada ao adiantamento de clientes são apropriados ao resultado pelo método linear, ao longo do prazo do contrato de comodato, de forma consistente entre o custo do ativo e a respectiva receita.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas identificaram 1.398 contratos de arrendamento de terrenos e 1 de equipamentos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, sendo: 143 contratos relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento; 1.250 contratos relacionados aos parques eólicos em operação; e 5 contratos de locação de sedes administrativas.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

		30/06/2026				30/06/2026	
		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Não circulante				Circulante			
Imobilizado				Arrendamentos a pagar		3.330	6.168
Direito de uso do ativo arrendado		42.059	65.017	(-) Ajuste a valor presente		(1.458)	(3.538)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento		(30.326)	(36.351)	Total circulantes de Imóveis		1.872	2.630
Total de Imóveis		11.733	28.666	Arrendamentos a pagar		-	24.635
Não circulante				(-) Ajuste a valor presente		-	(7.983)
Imobilizado				Total circulantes de Equipamentos		-	16.652
Direito de uso do ativo arrendado		-	78.537	Não circulante			
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento		-	(10.855)	Arrendamentos a pagar		21.298	67.344
Total de Imóveis		-	67.682	(-) Ajuste a valor presente		(9.331)	(39.239)
Ativo total		11.733	96.348	Total do passivo não circulante de Imóveis		11.967	28.105
				Arrendamentos a pagar		-	60.296
				(-) Ajuste a valor presente		-	(9.053)
				Total do passivo não circulante de Equipamentos		-	51.243
				Passivo total		13.839	98.630
		31/12/2025				31/12/2025	
		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Não circulante				Circulante			
Imobilizado				Arrendamentos a pagar		2.251	5.024
Direito de uso do ativo arrendado		38.309	61.223	(-) Ajuste a valor presente		(1.379)	(3.545)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento		(28.803)	(34.393)	Total circulantes de Imóveis		872	1.479
Total de Imóveis		9.506	26.830	Arrendamentos a pagar		-	13.385
Não circulante				(-) Ajuste a valor presente		-	(4.687)
Imobilizado				Total circulantes de Equipamentos		-	8.698
Direito de uso do ativo arrendado		-	41.557	Não circulante			
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento		-	(2.597)	Arrendamentos a pagar		19.594	67.139
Total de Imóveis		-	38.960	(-) Ajuste a valor presente		(8.983)	(40.173)
Ativo total		9.506	65.790	Total do passivo não circulante de Imóveis		10.611	26.966
				Arrendamentos a pagar		-	36.808
				(-) Ajuste a valor presente		-	(6.076)
				Total do passivo não circulante de Equipamentos		-	30.732
				Passivo total		11.483	67.875

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

A Companhia avaliou que esses efeitos não geram impacto relevantes para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Custo		
Amortização direito de uso	-	8.526
Despesa		
Amortização direito de uso	1.523	1.690
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	417	5.883
Total	1.940	16.099

Em 30 de junho de 2026, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

	Consolidado	
Ano de vencimento	Principal	Juros
Circulante		
Jul/2026 a Jun/2027	30.803	11.521
Não circulante		
Jul/2027 a Jun/2028	32.765	11.221
Jul/2028 a Jun/2029	33.682	8.277
Jul/2029 a Jun/2034	21.926	5.672
Jul/2034 a Jun/2039	11.076	5.411
Jul/2039 a Jun/2044	12.449	5.675
Jul/2044 a Jun/2049	6.115	5.427
Jul/2049 a Jun/2054	5.670	3.446
Jul/2054 a Jun/2062	3.956	3.162
Jul/2062 a Jun/2063	1	-
	127.640	48.292
Total geral	158.443	59.813

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	7.172	11.111	55.573	97.815
Fornecedores recuperação judicial	59.629	62.061	120.380	124.692
	66.801	73.172	175.953	222.507
Apresentados como:				
Circulante	11.879	16.472	64.889	107.733
Não circulante	54.922	56.700	111.065	114.774
Total	66.801	73.172	175.953	222.507

Em 30 de junho de 2026 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$59.629 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$120.380, sendo Classe III.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos e financiamentos

		30/06/2026					
		Circulante			Não circulante		Total
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>geral</u>
Lumina Capital Management	100% CDI ^a	2.054	664	2.718	32.241	32.241	34.959
Custo da Dívida		-	(65)	(65)	(603)	(603)	(668)
Total de empréstimos		2.054	599	2.653	31.638	31.638	34.291

		31/12/2025					
		Circulante			Não circulante		Total
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>geral</u>
Citibank	100% CDI ^a	1.787	-	2.119	32.572	32.572	34.691
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(637)	(637)	(701)
Total de empréstimos		1.787	(64)	2.055	31.935	31.935	33.990

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Renova Energia S.A.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

13.2. Consolidado

		30/06/2026						31/12/2025					
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral		
Classe PRJ		Custo da Dívida					Custo da Dívida						
		Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal			
Classe II	BNDES	100% CDI ^a	22.662	8.770	31.432	351.880	23.076	-	23.076	357.311	380.387		
Classe II	Banco Itaú	100% CDI ^a	-	-	-	-	10.092	-	10.092	155.306	165.398		
Classe II	Citibank	100% CDI ^a	-	-	-	-	6.799	-	6.799	104.627	111.426		
Classe II	Banco ABC	100% CDI ^a	-	-	-	-	4.034	-	4.034	62.126	66.160		
Classe II	Lumina Capital Management	100% CDI ^a	19.136	7.796	26.932	320.610	-	-	-	-	-		
Extra concursal	Citibank	100% CDI ^a	-	-	-	-	2.119	-	2.119	32.572	34.691		
Extra concursal	Lumina Capital Management	100% CDI ^a	2.054	664	2.718	32.241	-	-	-	-	-		
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	376	-	376	3.512	3.888		
Classe III	Lumina Capital Management	0,5% a.a. + TR ^a	57	276	333	3.462	-	-	-	-	-		
Classe II	Custo da Dívida	-	(2.247)	(2.247)	(21.122)	(23.369)	-	(2.247)	(2.247)	(22.261)	(24.508)		
		43.909	15.259	59.168	687.071	746.239	46.496	(2.247)	44.249	693.193	737.442		

Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme nota 1.2.

Em 30 de junho de 2026 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$769.608, sendo, R\$730.854 da Classe II, R\$3.795 da Classe III e R\$34.959 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

Em junho de 2026, a Companhia foi informada de que o Itaú Unibanco S.A., Banco Citibank e Banco ABC Brasil venderam seus créditos por eles detidos contra a Renova e demais empresas do grupo à LCM Ragnarok Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (“Lumina Capital Management”). Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito e as capitalizações de juros descritas nos itens 1.1.1 e 28.3, sem qualquer ajuste nos percentuais de amortização do principal ou nas taxas contratadas conforme nota 1.2.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	2.080	2.080	-	62.213	62.213
Encargos financeiros pagos	-	(943)	(943)	-	(32.698)	(32.698)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(305)	(305)
Incorporação de juros ao principal	314	(314)	-	10.428	(10.428)	-
Apropriação de custos de captações	35	-	35	1.224	-	1.224
Baixa por Capitalização de créditos PRJ	-	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 30 de junho de 2025	32.166	1.575	33.741	696.931	34.643	731.574
Saldos em 31 de dezembro de 2025	32.200	1.790	33.990	697.728	39.714	737.442
Provisão dos encargos financeiros	-	1.447	1.447	-	49.784	49.784
Encargos financeiros pagos	-	(1.183)	(1.183)	-	(42.128)	(42.128)
Incorporação de juros ao principal	-	-	-	3.461	(3.461)	-
Apropriação de custos de captações	37	-	37	1.141	-	1.141
Saldos em 30 de junho de 2026	32.237	2.054	34.291	702.330	43.909	746.239

b) A movimentação das debentures privadas em junho de 2025 está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	249	249
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Baixa por incorporação ⁽ⁱ⁾	(51.186)	(1.310)	(52.496)
Saldos em 30 de junho de 2025	-	-	-

(i) Incorporação nota 1.13

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial conforme nota 1.2.

Vencimento	30/06/2026	
	Controladora	Consolidado
jul/2027 a jun/2028	1.151	25.484
jul/2028 a jun/2029	1.152	25.492
jul/2029 a jun/2030	1.645	36.312
jul/2030 a jun/2031	1.644	36.399
jul/2031 a jun/2034	26.649	584.507
Total	32.241	708.193

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a pagar	-	-	3.650	1.015
CSLL a pagar	-	-	1.655	578
COFINS a recolher	23	8	4.212	1.162
PIS a recolher	3	1	967	247
Tributos sobre folha de pagamento	1.325	1.410	1.703	1.728
Tributos retidos de terceiros	93	91	713	691
Tributos sobre operações de mútuo	260	344	692	815
Tributos em parcelamento	-	-	5.795	-
Outros tributos a recolher	57	50	1.180	477
TOTAL	1.761	1.904	20.567	6.713
Apresentados como:				
Circulante	1.761	1.904	15.931	6.713
Não circulante	-	-	4.636	-
Total	1.761	1.904	20.567	6.713

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

Os débitos tributários federais da controlada indireta Imburana Macho encontram-se parcelados junto à Receita Federal do Brasil, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. O parcelamento foi celebrado na modalidade ordinária, prevendo a quitação dos valores devidos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições e encargos legais aplicáveis. A Companhia avalia antecipar este débito como parte de sua estratégia de otimização financeira.

15. Contas a pagar – CCEE

	Passivo	
	30/06/2026	31/12/2025
CCEE		
Circulante	62.487	71.913
Não circulante	290.624	239.699
Total	353.111	311.612

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$28.189 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2025	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30/06/2026
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	115.924	40.701	-	-	(40.357)	116.268
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	166.620	-	-	1.677	40.357	208.654
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	29.068	-	(1.204)	325	-	28.189
Total do passivo	311.612	40.701	(1.204)	2.002	-	353.111

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30/06/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	103.841	31.957	-	1.502	(33.780)	103.520
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	95.679	-	-	1.069	33.780	130.528
Fornecedores a pagar CCEE PRJ ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31.727	-	(519)	38	(1.221)	30.025
Total do passivo	231.247	31.957	(519)	2.609	(1.221)	264.073

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- (i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.
- (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.
- (iii) Valor conciliado de R\$ 1.221 refere-se à reclassificação entre contas, contas a pagar CCEE PRJ e fornecedores PRJ

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Apresentados como:				
Circulante	4.145	4.145	8.161	8.227
Não circulante	107.345	100.445	161.630	156.481
Total	111.490	104.590	169.791	164.708

Abertura de outras contas a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo com a CEMIG GT*	107.831	101.081	107.831	101.081
Valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú (Classe III)	-	-	3.533	13.578
Indenizações de seguro-garantia, em favor da ANEEL, decorrentes do cancelamento das outorgas dos parques do Complexo Eólico AS III Fase A." (classe III)	-	-	466	531
Processos cíveis, que compõem os credores Classe III	324	324	324	324
Processos cíveis, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light (Classe III)	-	-	54.285	45.991
Outros	3.335	3.185	3.352	3.203
	111.490	104.590	169.791	164.708

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 0,00% a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 30 de junho de 2025	26.805	17.738	54.351	8.937	107.831

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total vencido originalmente, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

17. Provisão para processos judiciais

Em 30 de junho de 2026, o saldo da provisão da controladora para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$41.265 (em dezembro de 2025, R\$41.209), sendo R\$560 (em dezembro de 2025, R\$559) cíveis, R\$2.151 (em dezembro de 2025, R\$2.436) trabalhistas, R\$37.875 (em dezembro de 2025, R\$37.535) fiscais e R\$679 (em dezembro de 2025, R\$679) administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de junho de 2026:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	559	2.436	37.535	679	41.209
Adição	69	-	340	-	409
Baixa	(68)	(285)	-	-	(353)
Saldos em 30 de junho 2026	560	2.151	37.875	679	41.265

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.659	2.456	120.791	690	129.596
Adição	253	5.708	3.772	123	9.856
Baixa	(2.096)	(1.050)	(87.561)	(211)	(90.918)
Saldos em 30 de junho de 2025	3.816	7.114	37.002	602	48.534

Em 30 de junho de 2026, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$41.520 (em dezembro de 2025, R\$87.042), sendo R\$815 (em dezembro de 2025, R\$815) cíveis, R\$ 2.151 (em dezembro de 2025, R\$2.436) trabalhistas, R\$37.875 (em dezembro de 2025, R\$37.535) fiscais, R\$679 (em dezembro de 2025, R\$679), administrativas e (em dezembro de 2025 R\$45.577), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de junho de 2026:

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815	2.436	37.535	679	45.577	87.042
Adição	68	-	340	-	1.631	2.039
Baixa	(68)	(285)	-	-	(47.208)	(47.561)
Saldos em 30 de junho 2026	815	2.151	37.875	679	-	41.520

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	204	6.305	3.727	123	4.070	14.429
Baixa	(2.046)	(1.050)	(88.114)	(212)	-	(91.422)
Saldos em 30 de junho 2025	4.073	7.711	36.404	601	35.363	84.152

Prováveis

- Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$815, referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações de rescisão contratual, sendo bastante pulverizadas.
- Regulatório - em 2022, a ANEEL realizou aplicação de penalidades multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, a Companhia exauriu a esfera administrativa, sem sucesso. No mesmo ano, a Companhia ajuizou ação sob o rito ordinário, visando liminarmente suspender a exigibilidade e, ao final, anular a multa editalícia, tendo sido concedida liminar determinando a suspensão imediata da multa. A ANEEL interpôs recurso, que foi julgado improcedente, mantendo a decisão em favor da Companhia. A Companhia segue monitorando o processo que tem risco neste momento como possível.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- iii. Fiscal – provisionado o valor de R\$37.875 em 30 de junho de 2026 (R\$37.535 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de “IRPJ” sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024, tendo sido disponibilizado o acórdão em 25 de setembro de 2025. Relativamente ao IRPJ e CSLL a Companhia opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento. Quanto ao IRRF e multa de ofício, a Companhia tem adotado todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, estando a exigibilidade suspensa. A redução de R\$ 87.505 decorre do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos contingentes no montante aproximado de R\$111.370 (30 de junho de 2025, R\$337.644), sendo R\$54.849 (30 de junho de 2025, R\$306.904) cíveis, R\$280 (30 de junho de 2025, R\$19.250) administrativas, R\$2.141 trabalhistas (30 de junho de 2025, R\$11.489) e R\$ 54.100 Regulatório, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de junho de 2026.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, cujo montante total corresponde a R\$ 53.817 para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível, sendo que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Nesse exercício, em razão da evolução dos andamentos processuais na esfera cível e dos novos entendimentos fornecidos pelos assessores externos, as demandas abrangendo ações de Execução de Título Extrajudicial, Reintegração de Posse, Ação Declaratória e Ação Indenizatória que tiveram seus prognósticos de perda possível foram reclassificados para remoto, totalizando R\$ 201.462.

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não houve movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como ré na referida Ação Penal, a qual segue seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas sem vínculo com a atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos do caso e permanece à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

A Companhia mantém seu programa de integridade, cuja missão é garantir a observância de normas e procedimentos internos, bem como fortalecer uma cultura de integridade baseada na gestão e no monitoramento de riscos, contribuindo assim para a proteção de seu patrimônio e de sua imagem.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.
Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.
Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas:
 - a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
 - b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
 - c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

- d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Aumento de Capital e Grupamento de ações

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$1,08.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$4.704.869, passou a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

Em 31 de julho de 2025, o Conselho de Administração aprovou e homologou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 2.010, correspondente à atualização dos créditos detidos por credores contra a Companhia. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 930.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 2,16 por ação.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

c) Capital social

Em 30 de junho 2026, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.706.879 dividido em 373.114.600 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.743.613 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle	260.606.255	83,87%	-	0,00%	260.606.255	69,86%
FIP VC ENERGIA II	247.441.932	79,63%	-	0,00%	247.441.932	66,32%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,43%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,80%	-	0,00%	5.606.638	1,50%
Outros Acionistas	50.137.358	16,13%	62.370.987	100,00%	112.508.345	30,14%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	24.561.059	7,90%	34.053.635	54,60%	58.614.694	15,71%
FIP Macaúbas	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	22.680.218	7,31%	25.850.386	41,44%	48.530.604	13,00%
Total	310.743.613	100,00%	62.370.987	100,00%	373.114.600	100,00%

d) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

19. Receita líquida

	Consolidado			
	2º Trimestre			
	2026	2025	2026	2025
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			48.429	42.902
Receita de Arrendamento e outros			412	-
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(18.979)	(12.094)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	304.267	320.562	29.862	30.808
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica e outros			81.900	140.309
			81.900	140.309
Processamento de Dados				
Serviço de Hospedagem			31.913	-
			31.913	-
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(16.135)	(21.185)
Total			127.540	149.932

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Consolidado			
	Acumulado 6 meses			
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica e outros			96.675	86.023
Receita de Arrendamento e outros			412	-
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(40.701)	(31.957)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	447.569	472.411	56.386	54.066
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica e outros			168.715	213.515
			168.715	213.515
Processamento de Dados				
Serviço de Hospedagem			49.289	-
			49.289	-
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(33.058)	(33.561)
Total			241.332	234.020

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No acumulado de 2026, a receita operacional líquida atingiu R\$ 241.332 milhões, crescimento de 3,12% frente ao mesmo período 2025, influenciados pela melhor performance operacional dos ativos, pela atualização dos preços dos contratos no mercado regulado e pelo maior volume comercializado no mercado livre a preços mais elevados.

20. Custos e despesas por natureza

	2º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	-	-	(50.550)	(105.922)
Custo da operação				
Serviços de terceiros ^(iv)	18	-	(13.635)	(16.585)
Seguros	-	-	(1.951)	(2.194)
Material de uso e consumo	-	-	(2.533)	(894)
Outros custos	-	-	(17)	(67)
	18	-	(18.136)	(19.740)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	8	-	(42.112)	(24.057)
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(6.944)	(4.985)
Taxa de fiscalização	8	-	(777)	(570)
	8	-	(7.721)	(5.555)
Total	34	-	(118.519)	(155.274)

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Acumulado 6 meses	
	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Custo dos serviços		
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	(117.327)	(156.016)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(25.988)	(26.430)
Seguros	(3.936)	(3.139)
Material de uso e consumo	(5.753)	(5.139)
Outros custos	(15)	(116)
	(35.692)	(34.074)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(70.244)	(49.808)
Encargos do uso do sistema de distribuição		
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(13.650)	(10.314)
Taxa de fiscalização	(1.397)	(1.207)
	(15.047)	(11.521)
Total	(238.310)	(251.419)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS.

(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.

(iv) A redução se deve principalmente pela substituição da empresa responsável pela manutenção dos ativos.

	2º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(2.037)	(2.692)	(7.189)	(11.360)
Serviços de terceiros	(108)	(1.581)	(2.935)	(4.344)
Seguros	-	-	94	(87)
Telefonia e TI	(15)	633	(872)	(203)
Viagens	(271)	(230)	(465)	(653)
Impostos e taxas	(61)	(104)	(2.040)	(418)
Material de uso e consumo	(12)	58	(219)	(179)
Aluguéis e arrendamentos	(29)	220	(74)	(59)
Contingências cíveis, trabalhistas e demais ^{(i) (iv)}	(48)	78.704	43.917	78.704
Outras despesas	(23)	11	(311)	(167)
	(2.604)	75.019	29.906	61.234
Depreciações e amortizações	(829)	(895)	(908)	(1.002)
Outras (receitas) despesas				
Outras despesas (receitas) ^{(ii) (iii)}	12	(55)	9.314	(414)
	12	(55)	9.314	(414)
Total	(3.421)	74.069	38.312	59.818

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Acumulado 6 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(4.093)	(4.741)	(16.641)	(20.627)
Serviços de terceiros	(353)	2.133	(5.537)	(7.963)
Seguros	-	-	(1.071)	(309)
Telefonia e TI	(15)	860	(1.821)	(666)
Viagens	(456)	(301)	(912)	(1.129)
Impostos e taxas	(105)	(431)	(2.378)	(1.115)
Material de uso e consumo	67	79	(241)	(327)
Aluguéis e arrendamentos	(59)	424	(146)	(113)
Contingências cíveis, trabalhistas e demais ⁽ⁱ⁾ (iv)	40	78.504	44.005	78.504
Outras despesas	(28)	9	(549)	(235)
	(5.002)	76.536	14.709	46.020
Depreciações e amortizações	(1.644)	(1.779)	(1.812)	(1.990)
Outras (receitas) despesas				
Outras despesas (receitas) ⁽ⁱⁱ⁾ (iii)	(9)	(302)	23.759	(80)
	(9)	(302)	23.759	(80)
Total	(6.655)	74.455	36.656	43.950

(i) Nota explicativa 17 item ii para 2025 e item iii para 2026

(ii) Ganho de R\$ 17.500 em distratos bilateral de contratos de comercialização.

(iii) Reconhecimento de receita diferida referente ao adiantamento para importação de Bens de contratos de comodato nota explicativa 10.12

(iv) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscal, administrativa e regulatória.

21. Receitas financeiras e despesas financeiras

	Nota explicativa	2º Trimestre			
		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		368	390	1.521	2.766
Juros - partes relacionadas	23	-	-	-	14
Variação cambial ativa		-	-	7.771	-
Outras receitas financeiras		3	11	(133)	63
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(24)	(19)	(1.022)	(74)
Total das receitas financeiras		347	382	8.137	2.769
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(1.117)	(1.082)	(24.487)	(28.132)
Juros sobre debêntures	13	-	(97)	-	-
Encargos do DIP		(4.008)	(3.418)	(3.914)	(3.306)
Encargos PRJ Classe III		(375)	(573)	(2.820)	(1.905)
Apropriação de custos de captações		(17)	(17)	(525)	(612)
Atualização monetária contencioso		(51)	4.693	719	661
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	221	(541)	(2.867)	(972)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(396)	(396)
IOF		(9)	(97)	(548)	(742)
Variação cambial passiva		-	-	(6.044)	-
Outras despesas financeiras		(100)	(161)	(1.308)	(32)
Total das despesas financeiras		(5.456)	(1.293)	(42.190)	(35.436)
Total do resultado financeiro		(5.109)	(911)	(34.053)	(32.667)

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Nota explicativa	Acumulado de 06 meses			
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		766	718	4.155	6.609
Juros - partes relacionadas	23	-	-	-	14
Variação cambial ativa		-	-	9.378	-
Outras receitas financeiras		(64)	(144)	(182)	(18)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(44)	(44)	(1.113)	(120)
Total das receitas financeiras		658	530	12.238	6.485
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(2.240)	(2.080)	(49.568)	(62.213)
Juros sobre debêntures	13	-	(346)	-	-
Encargos do DIP		(8.058)	(6.292)	(7.966)	(6.052)
Encargos PRJ Classe III		(330)	(16.938)	(3.759)	(3.752)
Apropriação de custos de captações	13	(35)	(35)	(1.139)	(1.226)
Atualização monetária contencioso		(175)	2.343	(215)	(1.689)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(417)	(1.084)	(5.883)	(1.917)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(792)	(792)
IOF		(90)	(97)	(866)	(807)
Variação cambial passiva		-	-	(7.267)	-
Outras despesas financeiras		(212)	(316)	(2.206)	(1.464)
Total das despesas financeiras		(11.557)	(24.845)	(79.661)	(79.912)
Total do resultado financeiro		(10.899)	(24.315)	(67.423)	(73.427)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

22. Imposto de renda e contribuição social

	2º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(3.013)	(222)	(3.459)	(10.535)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.025	75	1.176	3.582
Exclusões (adições) permanentes				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	(952)	(1.440)	(1.141)	(1.669)
Resultado da equivalência patrimonial	2.245	(25.151)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	20.701	9.515
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(1.788)	27.405	(8.922)	15.969
Prejuízo fiscal e base negativa	(530)	(889)	(11.368)	(17.084)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	446	10.313
IR e CS Correntes	-	-	(5.829)	(1.069)
IR e CS Diferidos	-	-	6.275	11.382
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	446	10.313

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Acumulado de 6 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(39.926)	(57.760)	(36.338)	(58.968)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	13.575	19.638	12.355	20.049
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	(2.149)	(3.120)	(2.327)	(3.457)
Resultado da equivalência patrimonial	(7.226)	(36.910)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	8.179	1.567
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(3.595)	25.329	(4.801)	20.555
Prejuízo fiscal e base negativa	(605)	(4.937)	(16.994)	(37.506)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(3.588)	1.208
IR e CS Correntes	-	-	(7.763)	(4.133)
IR e CS Diferidos	-	-	4.175	5.341
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(3.588)	1.208

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(661)	(22.685)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(577.096)	(554.444)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(577.757)	(577.129)

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

23. Transações com partes relacionadas

23.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
<u>Mútuo⁽ⁱ⁾</u>								
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.029	1.013	11	38	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	-	-	715	705	6	-	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	1.029	1.013	11	21	-	-
Centrais Eólicas Angico S.A.	-	-	411	404	5	-	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	1.713	1.688	12	36	-	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	-	-	819	-	2	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	6.334	4.550	46	14	-	-
Subtotal	-	-	12.050	9.373	93	109	-	-
<u>Resgate de ações⁽ⁱⁱ⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	12.937	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	5.374	-	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽ⁱⁱⁱ⁾</u>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	335	2.669	-	-	-	-	-	-
Controladas - LER 2013	569	1.128	-	-	-	-	(2.876)	-
Controladas - LER 2014	161	319	-	-	-	-	(4.876)	-
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	2.569	5.278	-	-	-	-	(1.383)	-
Subtotal	3.634	9.394	-	-	-	-	(9.135)	-
<u>Outros créditos^(iv)</u>								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	16.636	26.215	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	12.265	12.965	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	8.406	10.268	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	433	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	-	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheiro S.A.	-	-	-	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.233	27.253	-	-	-	-
	37.307	49.448	28.938	30.486	-	-	-	-
Total	53.878	77.153	40.988	39.859	93	109	(9.135)	-
Apresentados como								
Circulante	3.634	8.905	-	-				
Não circulante	50.244	68.248	40.988	39.859				
	53.878	77.153	40.988	39.859				

23.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	68.779	18.273
Encargos financeiros provisionados	-	234
Amortização	(56.562)	(9.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	77.153	39.859
Adição	14.492	2.522
Encargos financeiros provisionados	-	58
Amortização	(37.767)	(1.451)
Saldos em 30 de junho de 2026	53.878	40.988

23.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.
- ii) Resgate de ações é quando a empresa retira e extingue definitivamente parte de suas próprias ações, pagando aos controladores o valor correspondente, geralmente usando lucros ou reservas, sem precisar reduzir o capital social.
- iii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- iv) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

23.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$3.910 e R\$7.331, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2026				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,00	2,50	5,50	8,17	13,67
Remuneração fixa acumulada	1.632	1.404	3.036	732	3.768
Salário ou pró-labore	1.356	1.242	2.598	732	3.330
Benefícios diretos e indiretos	276	162	438	-	438
Remuneração variável acumulada	(121)	45	(76)	-	(76)
Bônus	(26)	-	(26)	-	(26)
Provisão Programa de participação no resultado	(95)	45	(50)	-	(50)
Valor total da remuneração por órgão*	1.511	1.667	3.178	732	3.910

	30/06/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,83	4,17	8,00	6,67	14,67
Remuneração fixa acumulada	2.053	1.662	3.715	599	4.314
Salário ou pró-labore	1.741	1.441	3.182	599	3.781
Benefícios diretos e indiretos	312	221	533	-	533
Remuneração variável acumulada	1.567	664	2.231	-	2.231
Bônus	419	-	419	-	419
Provisão Programa de participação no resultado	1.148	664	1.812	-	1.812
Benefícios pós emprego	20	7	27	-	27
Benefícios motivados pela cessação do cargo	759	-	759	-	759
Valor total da remuneração por órgão*	4.399	2.333	6.732	599	7.331

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2026			30/06/2025		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3,00	2,50	8,17	3,83	4,17	6,67
Valor da maior remuneração individual	844	836	90	1.746	687	90
Valor da menor remuneração individual*	601	611	90	1.016	519	90
Valor médio de remuneração individual	504	667	90	1.148	560	90

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do exercício apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, o montante de até R\$12.133 para a remuneração global dos administradores no exercício de janeiro a dezembro de 2026.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	120	141	120	141
Partes relacionadas	3.634	8.905	3.634	8.905
Aplicações financeiras	10.939	11.352	10.939	11.352
Não circulante				
Partes relacionadas	50.244	68.248	50.244	68.248
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	11.880	16.472	11.880	16.472
Empréstimos e financiamentos	2.653	2.055	2.653	2.055
Adiantamentos de clientes	100	98	100	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	54.922	56.700	54.922	56.700
Empréstimos e financiamentos	31.638	31.935	31.638	31.935
Partes relacionadas	40.988	39.859	40.988	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	106.831	100.081	106.831	100.081

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	52.618	35.730	52.618	35.730
Aplicações financeiras	30.794	36.644	30.794	36.644
Contas a receber de clientes	72.172	68.488	72.172	68.488
Compromissos futuros	66.113	89.629	66.113	89.629
Não circulante				
Compromissos futuros	161.447	169.991	161.447	169.991
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	64.888	107.733	64.888	107.733
Empréstimos e financiamentos	59.168	44.249	59.168	44.249
Contas a pagar - CCEE	62.487	71.913	62.487	71.913
Compromissos futuros	40.266	53.205	40.266	53.205
Adiantamentos de clientes	70.027	15.683	70.027	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	106.831
Não circulante				
Fornecedores	111.065	114.774	111.065	114.774
Empréstimos e financiamentos	687.071	693.193	687.071	693.193
Contas a pagar - CCEE	290.624	239.699	290.624	239.699
Compromissos futuros	78.585	89.113	78.585	89.113
Adiantamentos de clientes	13.958	-	13.958	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	106.831	100.081	106.831	100.081

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	120	-	141	-
Partes relacionadas	-	3.634	-	8.905
Aplicações financeiras (restritas)				
Não circulante	10.939	-	11.352	-
Partes relacionadas		50.244		68.248
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	11.880	-	16.472
Empréstimos e financiamentos	-	2.653	-	2.055
Adiantamentos de clientes	-	100	-	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	54.922	-	56.700
Empréstimos e financiamentos	-	31.638	-	31.935
Partes relacionadas	-	40.988	-	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	106.831	-	100.081

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

	Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	52.618	-	57.569	-
Aplicações financeiras	30.794	-	36.644	-
Contas a receber de clientes	-	70.027	-	68.488
Compromissos futuros	66.113	-	89.629	-
Não circulante				
Compromissos futuros	161.447	-	169.991	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	64.890	-	107.733
Empréstimos e financiamentos	-	59.168	-	44.249
Contas a pagar - CCEE	-	62.487	-	238.842
Compromissos futuros	40.266	-	53.205	-
Adiantamentos de clientes	-	99.622	-	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	111.065	-	114.774
Empréstimos e financiamentos	-	687.071	-	693.193
Contas a pagar - CCEE	-	290.624	-	72.769
Compromissos futuros	78.585	-	89.113	-
Adiantamentos de clientes	-	13.958	-	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	106.831	-	100.081

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em	Valor justo em 30 de junho de 2026		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos	30/06/2026			
Aplicações financeiras	48.051	48.051	-	-
MTM	108.709	108.709	-	-
Descrição	Saldo em	Valor justo em 31 de dezembro de 2025		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos	31/12/2025			
Aplicações financeiras	60.690	60.690	-	-
MTM	117.302	117.302	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de junho de 2026 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de junho de 2026 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Lumina Capital Management e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2026, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 31 de março de 2026	14,77%	14,77%	14,77%
	Taxa IPCA efetiva em 31 de março de 2026	4,64%	4,64%	4,64%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	48.051	48.051	48.051
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	14,77%	11,08%	7,39%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(1.795)	(3.591)
Alta do CDI	Empréstimos:	838.685	838.685	838.685
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	6,84%	18,46%	22,16%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(30.498)	(60.997)
Queda do IPCA	MtM:	108.709	108.709	108.709
	Taxa anual estimada do IPCA para 2026	4,64%	3,48%	2,32%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(1.261)	(2.522)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,77%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (11,08% a.a.) e 50% (7,39% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (18,46% a.a.) e 50% (22,16% a.a.). Estas projeções também são realizadas para compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano 4,64%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,48% a.a.) e 50% (2,32% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado			
	De 1 meses a 12 meses	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe II	58.598	92.479	579.777	730.854
Classe III	15.325	50.489	145.158	210.972
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.715	4.435	27.809	34.959
Total	76.638	147.403	752.744	976.785

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	72.172	68.488

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de junho de 2026 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Valor justo dos contratos de energia (consolidado)

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 30 de junho de 2026, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R\$8.593 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no período findo em 30 de junho 2025 impactou negativamente em R\$12.750).

	Hierarquia	30/06/2026	31/12/2025
Ativos			
Circulante	Nível 1	66.113	89.629
Não circulante	Nível 1	161.447	169.991
		227.560	259.620
Passivos			
Circulante	Nível 1	(40.266)	(53.205)
Não circulante	Nível 1	(78.585)	(89.113)
		(118.851)	(142.318)
Total		108.709	117.302
		30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial		117.302	115.068
Compromissos futuros marcação a mercado		(8.593)	(12.750)
Saldo final		108.709	102.317
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		2.922	4.335

A mensuração dos compromissos futuros impacta os passivos diferidos conforme apresentado a seguir:

	30/06/2026			
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	66.113	(40.266)	25.847	(10.577)
Não circulante	161.447	(78.585)	82.862	1.984
	227.560	(118.851)	108.709	(8.593)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(77.370)	40.409	(36.961)	2.922
	31/12/2025			
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	89.629	(53.205)	36.424	36.424
Não circulante	169.991	(89.113)	80.878	80.878
	259.620	(142.318)	117.302	117.302
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(88.271)	48.388	(39.883)	(39.883)

j) Gestão de capital

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2026	2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(3.013)	(222)	(39.926)	(57.760)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	373.115	372.184	373.115	372.184
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	(0,01)	(0,00)	(0,11)	(0,16)

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2026 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	5.577.514	30/06/2026	31/12/2027
Responsabilidade Civil Geral	50.000	30/11/2025	30/11/2026
Fiança bancária	3.763	28/02/2026	28/02/2027
Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2026	31/01/2027
Seguro empresarial dos escritórios	8.230	07/11/2025	07/11/2026
Seguro de riscos diversos - TORRES	915	07/11/2025	07/11/2026
Seguro de riscos diversos - NOTEBOOKS	915	07/11/2025	07/11/2026
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/04/2026	29/04/2027
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	29/09/2026
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	29/09/2026
Transporte Nacional	63.000	21/09/2025	21/09/2026
Fiança Locatícia	1.000	18/08/2025	27/11/2028
Fiança bancária	11.500	07/08/2025	30/09/2026

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Transações não envolvendo caixa

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Provisão para perda sobre investimento	9	-	7.402	-	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		-	53.740	-	-
Aumento de capital em controladas		-	480.234	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	3.724	3.502	40.774	4.434
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	3.609	2.948	3.609	2.948
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	(103)	7
Ações restáveis - Partes relacionadas		-	12.939	-	-

28. Eventos Subsequentes

28.1. Composição Acionária

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Companhia era de R\$ 4.706.879.256,79, dividido em 373.114.600 ações (310.743.613 ordinárias e 62.370.987 preferenciais). Conforme Fato Relevante de 15 de julho de 2026, o Conselho de Administração homologou um Aumento de Capital de R\$ 1.788,48, mediante emissão de 828 novas ações ordinárias (a R\$ 2,16 cada), destinado à capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Desse total, R\$ 77,76 (36 ações) foi subscrito por acionistas que exerceram direito de preferência, e as demais 792 ações foram subscritas pela TSK Energia – sem subscrições condicionadas (nota 1.2). Com isso, o capital social passou a R\$ 4.706.881.045,27, totalizando 373.115.428 ações (310.744.441 ordinárias e 62.370.987 preferenciais).

A Companhia comunica que recebeu, em 23 de julho de 2026, correspondência do AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, por meio da qual este informa que aumentou sua participação acionária, passando a deter 13,14% das ações ordinárias e 54,60% das ações preferenciais, correspondentes a 20,07% do total das ações emitidas pela Companhia.

28.2. Utilização do prejuízo fiscal para abatimento de contingência

Em 7 de julho de 2026, por meio do Despacho nº 14.475/2026/EQPAR/DERAT-SP/SRRF08/RFB, a Equipe Regional de Parcelamento da 8ª Região Fiscal reconsiderou a decisão anteriormente proferida no Despacho nº 1.208/EQPAR/DERAT-SP/SRRF08/RFB, de 16 de janeiro de 2026, e deferiu o pedido de pagamento integral à vista do valor principal do auto de infração de IRRF, no montante de R\$ 26.184, mediante utilização de créditos próprios de prejuízo fiscal, nos termos do art. 12, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.205/2024. A quitação refere-se exclusivamente ao valor principal, uma vez que a multa de ofício de 25% foi desmembrada do processo e permanece em discussão no Mandado de Segurança nº 5000098-97.2026.4.03.6100, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo.

Em decorrência desse evento, a Companhia reverterá a provisão constituída para o débito principal do referido auto de infração, cujo efeito será refletido nas demonstrações financeiras do próximo trimestre. Trata-se de evento não ajustável às demonstrações encerradas em 30 de junho de 2026, por ser subsequente a essa data e não representar condição existente naquele período, sem efeito retroativo sobre os saldos ali registrados.

28.3. Pagamento de parcela semestral com garantia real PRJ Classe II

Em 15 de julho de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 4,6 milhões, correspondente a juros remanescentes e acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026. Neste mesmo período, houve a capitalização de juros ao principal no montante de R\$ 2,4 milhões.

28.4. Intenção preliminar de adesão ao termo de compromisso (Portaria normativa nº140/2026)

Tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria Normativa nº 140, de 18 de julho de 2026, a Companhia e suas controladas se manifestam, em caráter preliminar e não vinculante, seu interesse a celebrar Termo de Compromisso com a União para fins de viabilizar a compensação por cortes de geração suportados pelos empreendimentos de geração.

